Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas

Av. Ferreira Viana, 1134 - Bairro: Areal - CEP: 96085000 - Fone: (53) 3026-8500 - Email: frpelotasjre4vciv@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5001500-49.2019.8.21.0047/RS

AUTOR: ORION INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (ADMINISTRADOR JUDICIAL)

AUTOR: CONFORFLEX MOVEIS EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA (MASSA FALIDA/INSOLVENTE)

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de processo de recuperação judicial de CONFORFLEX MOVEIS EIRELI (CNPJ nº 01.386.837/0001-83) e ORION INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA (CNPJ nº 30.703.108/0001-01), ajuizado em 19/12/2019 e convolado em falência em 04/04/2024 (evento 1160.1).

O passivo apurado na falência totaliza R$ 19.806.101,37, distribuído entre créditos extraconcursais, trabalhistas, tributários, quirografários e de multas, conforme o Quadro Geral de Credores provisório apresentado pela Administradora Judicial (evento 1548.3).

No que tange à realização do ativo, os únicos bens arrecadados foram dois veículos (evento 1383.3), alienados judicialmente pelo valor de R$ 19.000,00 (evento 1405.1).

O produto da venda foi destinado ao reembolso das despesas do leiloeiro Luciano Scheid, no valor de R$ 2.246,00 (eventos 1435.1 e 1527.1), e o saldo remanescente ao Banrisul, credor fiduciário dos veículos (evento 1527.1). O único valor efetivamente arrecadado para a massa foi de R$ 38,06, depositado na conta judicial vinculada ao feito (evento 1368).

Diante da escassez de ativos, a Administradora Judicial requereu a adoção do rito de encerramento sumário previsto no art. 114-A da Lei nº 11.101/2005 (evento 1520.1).

O Ministério Público opinou pelo deferimento (evento 1524.1).

Publicado o edital do art. 114-A, caput, e § 1º, da Lei nº 11.101/2005 (evento 1539.1), o prazo de dez dias decorreu em 13/08/2026 sem qualquer manifestação de credores ou interessados.

A Administradora Judicial apresentou o relatório final (evento 1548.2), informando o encerramento das diligências e requerendo a prolação de sentença de encerramento da falência.

O Ministério Público opinou favoravelmente ao encerramento (evento 1552.1).

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório.

Decido.

O processo encontra-se em fase de encerramento, cumpridas as etapas previstas na Lei nº 11.101/2005 para a hipótese de falência frustrada.

Todas as formalidades previstas no art. 114-A da LRF foram observadas.

O edital foi publicado (evento 1539.1), o prazo decorreu sem manifestação e o relatório final foi apresentado (evento 1548.2), com descrição adequada da situação do ativo e do passivo, bem como das diligências realizadas no curso do processo. O Ministério Público opinou pelo encerramento (evento 1552.1).

Quanto à prestação de contas, a instauração de incidente autônomo foi dispensada em razão do valor ínfimo do ativo remanescente, em observância aos princípios da economia e celeridade processual (evento 1527.1).

Dessa forma, exaurido o objeto do processo pela ausência de ativos a realizar e pela impossibilidade de satisfação dos credores, sem que restem diligências pendentes que justifiquem o prosseguimento do feito, impõe-se o encerramento da falência, nos termos do art. 114-A, § 3º, da Lei nº 11.101/2005.

Ante o exposto, DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA de Conforflex Móveis Eireli (CNPJ nº 01.386.837/0001-83) e Orion Indústria de Móveis Ltda. (CNPJ nº 30.703.108/0001-01), com fundamento no art. 114-A, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. A extinção das obrigações da falida se submete à disciplina do art. 158, inciso VI, da Lei nº 11.101/2005, com as ressalvas legais.

Determino, ainda:

a) Publique-se o edital de que trata o art. 156, parágrafo único, da Lei 11.101/2005.

b) Intimem-se a Procuradoria da União, o Delegado da Receita Federal, a Secretaria Municipal e a Estadual da Fazenda, comunicando o encerramento desta falência.

c) Oficie-se à JUCIRS dando conta do encerramento da falência. No ofício deverá constar a chave de acesso para viabilizar a consulta.

d) Devolvam-se os livros contábeis aos falidos, caso entregues e ainda não devolvidos. Não atendendo a intimação eletrônica, intime-se por carta AR para que a retirada ocorra em até 20 dias, sob pena de descarte. Caso não haja a retirada, fica, desde já, autorizado o descarte.

e) Exonero a Administradora Judicial do encargo.

f) Comunique-se à e. CGJ.

Com o trânsito em julgado, dê-se baixa.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MORENO LAHUDE, Juiz de Direito**, em 05/10/2026, às 14:27:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10114878052v9** e o código CRC **1301053f**.
